



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO**  
**CNPJ 03 354 560/0001-32**

**LEI MUNICIPAL Nº 0781/2004 DE 10 DE AGOSTO DE 2004**  
"Dispõe sobre alteração na redação da Lei Nº 472/91 e 536/93,  
que disciplina o funcionamento do Conselho Tutelar e  
da outras providências".

O prefeito municipal de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica mantido o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de 05 (cinco) membros escolhidos para um mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução.

Art. 2º – A escolha dos conselheiros se fará por voto secreto de todos os cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos, portadores do título de eleitor, moradores na área de atuação do Conselho Tutelar. O pleito será coordenado pelo C.M.D.C.A. – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público.

Parágrafo Único; A eleição será organizada mediante resolução do C.M.D.C.A. de acordo com o calendário de execução na forma desta Lei.

**Dos Requisitos e do Registro das Candidaturas**

Art. 3º – A candidatura a conselheiro tutelar é individual sem vinculação a partido político ou qualquer outra entidade pública ou privada e independente de indicação das Entidades representativas da comunidade de Rio Verde de Mato Grosso- MS.

Art. 4º – Somente poderão fazer parte do processo de escolha, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I – Reconhecida idoneidade moral;

II – Idade superior a 18 (dezoito) anos;



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO**  
**CNPJ 03 354 560/0001-32**

III – Residir no município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, no mínimo 02 (dois) anos;

IV – Reconhecida e comprovada experiência de no mínimo 01 (um) ano, no trato direto com a criança e o adolescente, atestado por uma Instituição Pública ou Privada;

V - Certificado de conclusão do 2º grau ou (Ensino Médio);

VI – Estar em pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar;

VII – Não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar;

VIII – Possuir certificado de conhecimento básico de informática;

IX – Ter sido aprovado no exame sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

X – Estar em pleno gozo dos Direitos Políticos, comprovado por certidão.

§ 1º – Submeter-se-ão a prova de conhecimento gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente os candidatos que preencherem os requisitos dos incisos I a VIII deste artigo.

§ 2º – O C.M.D.C.A. – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista contendo o nome dos candidatos que forem considerados aptos a prestarem a prova de conhecimento.

§ 3º – Da decisão que considerar não preenchidos os requisitos a candidatura, cabe recurso dirigido ao C.M.D.C.A., a ser apresentado em até 03 (três) dias da publicação da mesma.

Art. 5º – O C.M.D.C.A. é responsável pela realização da prova eliminatória, a que se refere o inciso IX do artigo anterior, observando o seguinte:



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO**  
**CNPJ 03 354 560/0001-32**

I – A prova será elaborada pelo Ministério Público e ou Técnico da SASET/MS e será aplicada em parceria com o C.M.D.C.A.;

II – Os examinadores auferirão nota de 01 a 10 aos candidatos avaliando conhecimento, discernimento e agilidade para resolução das questões apresentadas;

III – A prova será escrita e não deverá conter identificação do candidato, somente o uso de código ou número;

IV – Considerar-se-á apto o candidato que atingir a média 06 (seis) na soma das notas auferidas pelos examinadores.

§ 1º – Da decisão dos examinadores cabe recursos devidamente fundamentado ao C.M.D.C.A., a ser apresentado em até 03 (três) dias da homologação do resultado.

§ 2º – Aqueles candidatos que deixarem de atingir a média 06 (seis) não terão suas candidaturas homologadas, bem como não estarão aptos a se submeterem ao processo de eleição.

Art. 6º – O período de registro da candidatura será protocolado na Secretaria do C.M.D.C.A. no prazo fixado pelo calendário eleitoral no C.M.D.C.A.

Art. 7º – Expirado o prazo para o registro de candidatura, o C.M.D.C.A. mandará publicar edital na imprensa de circulação local, como também afixa-lo em local público, informando o nome dos candidatos que protocolaram o pedido de Registro da candidatura, estabelecendo prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação, para o recebimento de impugnação por qualquer pessoa.

Art. 8º – Os pedidos de registro da candidaturas receberão numeração de ordem crescente sendo que, recebendo ou não impugnações a eles, deverão ser submetidos ao representante do Ministério Público para eventual impugnação no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo o C.M.D.C.A., em igual prazo, por voto da maioria simples.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO**  
**CNPJ 03 354 560/0001-32**

Parágrafo Único – Das decisões relativas a impugnações caberá recursos ao C.M.D.C.A., no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da intimação decidindo através de voto 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 9º – Vencidas as fases de impugnação e recursos, o C.M.D.C.A. mandará publicar edital em 03 (três) vias, com os nomes dos candidatos habilitados no processo de escolha.

**Da Realização do Pleito.**

Art. 10 – O processo de escolha será convocado pelo C.M.D.C.A., mediante edital publicado na imprensa de circulação local e afixado em local público, 02 (dois) meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar e fiscalizado pelo Ministério Público.

Art. 11 – É vedada a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social admitindo-se apenas a realização de debates e entrevistas estabelecidas pelo C.M.D.C.A.

Parágrafo Único – A campanha eleitoral se estenderá por período não inferior a 15 (quinze) dias.

Art. 12 – É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular.

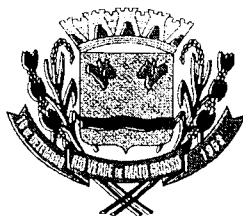
**Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos.**

Art. 13 – Concluída a apuração dos votos o Presidente do C.M.D.C.A., proclamará o resultado da escolha, mandando publicar o nome dos candidatos eleitos e o número de sufrágios recebidos.

§ 1º – Os 05 (cinco) primeiros mais votados serão considerados escolhidos, ficando os demais, pela ordem de votação como suplentes.

§ 2º – Havendo empate na votação, será considerado escolhido o que tiver o grau de escolaridade superior, e se persistir o empate, o mais idoso.

§ 3º – Os escolhidos serão nomeados pelo Prefeito Municipal de



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO**  
**CNPJ 03 354 560/0001-32**

no dia seguinte a nomeação do conselheiro, onde, automaticamente, finda o mandato de seus antecessores.

§ 4º - Ocorrendo vacância em algum cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

**Dos Impedimentos.**

Art. 14 – São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo Único - Entende-se impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca.

**Das Atribuições e Funcionamento do Conselho.**

Art. 15 – Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes nos artigos 95 e 136 da Lei Federal Nº 8.069/90 e promover a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único – Incumbe também ao Conselho Tutelar receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes encaminhamento devido.

Art. 16 – As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Art. 17 – O Coordenador do Conselho será escolhido pelos seus pares logo na primeira sessão do colegiado.

Parágrafo Único – Na falta ou impedimento do Coordenador, assumirá o Vice-Coordenador do Conselho.

Art. 18 – As sessões para decisões colegiadas serão instaladas em quorum mínimo de 03 (três) conselheiros.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO**  
**CNPJ 03 354 560/0001-32**

Parágrafo Único – As sessões serão regulamentadas conforme Regimento Interno do Conselho Tutelar.

Art. 19 – O conselheiro tutelar terá dedicação exclusiva com atendimento de 24 (vinte e quatro) horas diárias.

§ O funcionamento na sede do Conselho Tutelar terá horário comercial durante a semana, assegurando-se um mínimo de 8 (oito) horas diária com 03 (três) conselheiros presentes na sede e rodízio para o plantão, composto por 02 (dois) conselheiros tutelares, por telefone móvel ou outra forma de localização do conselheiro responsável, durante a noite e final de semana.

Art. 20 – O Conselho Tutelar atenderá informalmente as partes, mantendo registro no Programa SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência) das providências adotadas em cada caso fazendo consignarem em Ata apenas o essencial.

Art. 21 – A administração Pública Municipal ficará responsável pelas instalações físicas e funcionais necessárias ao funcionamento do Conselho Tutelar e por sua manutenção.

**Da Competência.**

Art. 22 – A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I – Pelo domicílio dos pais ou responsável;

II – Pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente.

§ 1º - Nos casos de ato infracional praticado por criança ou adolescente, será competente o Conselho Tutelar no lugar da ação ou da omissão, observada as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º - A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO**  
**CNPJ 03 354 560/0001-32**

**Do Desempenho e da Perda do Mandato.**

Art. 23 – Os recursos necessários ao cumprimento do artigo 21 desta Lei, deverão constar no Orçamento Geral do Município.

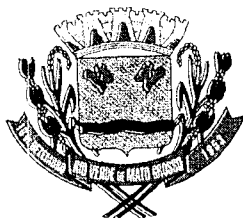
§ 1º - A remuneração fixada pelo desempenho da função de Conselheiro, não gera reação de emprego com a administração Municipal;

§ 2º - Sendo o eleito, funcionário público municipal, fica-lhe facultado optar pela remuneração de seu cargo, vedada a acumulação.

Art. 24 – O conselheiro tutelar, a qualquer tempo, pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de comprovado descumprimento de suas atribuições, prática de atos considerados ilícitos, ou comprovada conduta incompatível com a confiança e outorga pela comunidade:

- I – Usar da função em benefício próprio;
- II – Romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar que integre;
- III – Manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exceder-se no exercício da função de modo a exorbitar sua atribuição, abusando da autoridade que lhe foi conferida;
- IV – Recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições quando em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar;
- V – Aplicar medida de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;
- VI – Deixar de comparecer no plantão e no horário estabelecido;
- VII – Exercer outra atividade, incompatível com o exercício do cargo;
- VIII – Receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos diligências.

Art. 25 – As situações de afastamento ou cassação de mandato de conselheiro tutelar devem ser precedidas de atos administrativos perfeitos, assegurados a imparcialidade dos sindicantes, o direito ao contraditório e a ampla defesa.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO**  
**CNPJ 03 354 560/0001-32**

§ 1º – A apuração será instaurada pelo órgão sindicante, por denúncia de qualquer cidadão ou representação do Ministério Público. O processo de apuração é sigiloso, devendo ser concluído em breve espaço de tempo. Depois de ouvido o indiciado deverá existir um prazo para este apresentar sua defesa, sendo-lhe facultada consulta aos outros;

§ 2º - A atribuição de instaurar sindicância para apurar eventual falta grave cometida por conselheiro tutelar no exercício de sua função deve ser confiada a uma comissão de Ética, criada por lei municipal, cuja composição assegurará a participação de membro do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em grau de paridade com qualquer outro órgão ou setor;

§ 3º – Quando a violação cometida pelo conselheiro tutelar contra o direito da criança ou adolescente constituir delito, caberá a Comissão de Ética, concomitantemente ao processo sindicante, oferecer notícia do ato ao Ministério Público para as providências legais cabíveis;

§ 4º – As conclusões da comissão de Ética devem ser remetidas ao Conselho Municipal que, em Plenária, decidirá sobre a penalidade a ser aplicada, inclusive a perda de mandato deverá ser convertida em ato administrativo do chefe do Poder Executivo Municipal, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir resolução declarando vago o cargo quando for o caso, situação em que o Prefeito Municipal dará posse ao primeiro suplente.

Art. 26 – Aplicar-se-á a advertência na hipóteses previstas nos incisos III, V e VIII do artigo 24 desta Lei, a penalidade de suspensão por 01 (um) a 03 (três) meses, não remunerada ocorrendo reincidência nas hipóteses previstas nos incisos I, II, IV e VIII e na hipótese prevista nos incisos V ambos do artigo 24, quando irreparável o prejuízo decorrente da falta verificada e a penalidade de perda de função quando, após a aplicação de suspensão não remunerada, o conselheiro tutelar cometer nova falta grave.

**Das Disposições Finais e Transitórias.**

Art. 27 – O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do C.M.D.C.A. e a fiscalização do Ministério Público.





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO**  
**CNPJ 03 354 560/0001-32**

Art. 28 – O C.M.D.C.A., no prazo de 01 (um) mês após a aprovação desta Lei criará o seu Regimento Interno.

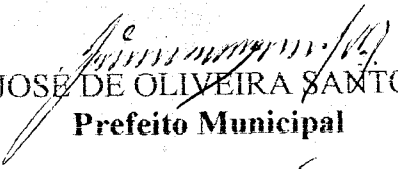
Art. 29 – Fica o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente autorizado a baixar resolução visando regulamentar o cadastramento das Entidades de atendimento a que aludem os Artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

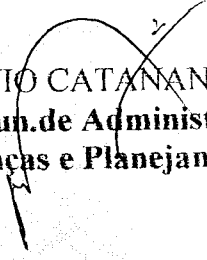
Art. 30 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Art. 31 – Ficam revogados os artigos 15 ao 39 do Capítulo III da Lei nº 472, de 05 de junho de 1991 e a Lei nº 536, de 21 de dezembro de 1993.

Art. 32 – Permanecem em pleno vigor as demais disposições da Lei Municipal nº 472, de 05.06.1991, não alteradas pela presente Lei.

Rio Verde de Mato Grosso-MS., 28 de Maio de 2004.

  
**JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS**  
**Prefeito Municipal**

  
**ANTONIO CATANANTE FILHO**  
**Sec.Mun.de Administração**  
**Finanças e Planejamento**